ITTC
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

SOBRE NÓS E NOSSA HISTÓRIA

O Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC - é uma organização de Direitos Humanos sediada na cidade de São Paulo, que há mais de 20 anos atua na esfera da justiça criminal visando erradicar a desigualdade de gênero, garantir direitos e combater o encarceramento. O ITTC se configura em dois Programas: Justiça Sem Muros e Direitos e Gênero, que juntos compõem a missão da organização ao promover o acesso à justiça, garantir os direitos das pessoas presas e produzir conhecimento. Para atingir esses objetivos, os programas do Instituto atuam nos seguintes eixos de ação: atendimento direto, diálogo público (*advocacy* e comunicação) e educação para a cidadania. O Instituto possui título de utilidade pública municipal e estadual; certificado *NGOsource Equivalency Determination* e de isenção do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação); inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, como organização que realiza defesa, garantia de direitos e assessoria; e certificado de reconhecimento de entidade promotora de Direitos Humanos, emitido pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Desde a fundação do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, em 1997, a organização se dedica à garantia dos direitos humanos e tornou-se uma referência sobre sistema de justiça criminal e, principalmente, encarceramento feminino. Sempre atento à realidade do cárcere, o ITTC realiza projetos e intervenções dentro das unidades prisionais, em contato direto com as pessoas privadas de liberdade, e fora do cárcere, em contato direto com as pessoas em conflito com a lei, contribuindo assim para a promoção de políticas públicas garantidoras de direitos. Já nas primeiras ações do Instituto, o recorte de gênero se mostrou significativo, uma questão que precisava, e ainda precisa, de atenção. As demandas das mulheres em conflito com a lei, em especial as estrangeiras, revelaram uma urgente necessidade de promover políticas públicas voltadas a elas. Por essa razão, as desigualdades de gênero têm sido um norte para o ITTC.

2020: NOVOS DESAFIOS

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo coronavírus (covid-19) e uma das consequências desse novo cenário foi uma urgência de reorganização de espaços, ferramentas e fluxos de trabalho. Portanto, em meados de março toda a equipe do ITTC passou a atuar em regime de *home office*. Além disso, no decorrer do ano foi necessário repensar as prioridades de ação do Instituto, levando em consideração principalmente o colapso sanitário no país, inclusive dentro das prisões, e o agravamento das crises sociais e políticas.

O ITTC também realizou diversas formações de equipe, com convidadas/os externas/os, sobre temas pertinentes à nossa atuação. Os temas abordados foram conjuntura política brasileira, política de drogas, impactos do pacote anticrime, eleições municipais, hiperencarceramento e racismo institucional.

ÍNDICE

04 Comunicação

08 Programa Justiça Sem Muros

14 Programa Direitos e Gênero

15 Projeto Gênero e Drogas

18 Projeto Mulheres Migrantes

28 Banco de Dados

31 Nossa Gestão

32 Parcerias e Redes de Trabalho

COMUNICAÇÃO

A área de comunicação no ITTC começou a se consolidar em 2014. Desde então, a equipe é responsável pelo suporte no desenvolvimento institucional, o que envolve as atividades de comunicação interna e o constante diálogo com as ações dos Programas do ITTC, também pela visibilidade que o Instituto tem nas redes sociais e mídias diversas.

O ano de 2020 foi marcado no ITTC pelo lançamento de "Política de Drogas é Uma Questão de Mulheres - O Jogo" e o evento de lançamento da cartilha "Caminhos da liberdade: orientações para o atendimento a mulheres migrantes em conflito com a lei". Portanto, a comunicação focou parte de seus esforços no suporte à produção e revisão dos materiais e organização dos eventos de lançamento, que devido à pandemia aconteceram *online*.

Além disso, em razão das eleições municipais, o ITTC atualizou a **Agenda Municipal para Justiça Criminal**, documento lançado em 2017 que traz uma série de medidas de atuação propostas ao poder público para que as pessoas submetidas à justiça criminal também sejam entendidas como sujeitos de direitos. A publicação foi revisada com o auxílio da equipe de Comunicação, que também reformulou a diagramação.

Site Institucional

Desde 2017, o ITTC tem parceria com o programa do Google para organizações sem fins lucrativos, fazendo uso de ferramentas de SEO e anúncios via *Google Ads* para aumentar o alcance das publicações do site institucional.

O público do site historicamente é composto em sua maioria por mulheres (60,4% em 2020). Entretanto, o percentual masculino tem crescido continuamente nos últimos três anos, partindo de 24,1% em 2018 chegando em 38,6% em 2020. Outro comportamento interessante foi o aumento do engajamento de pessoas entre 18 e 24 anos, que havia decaído em 2019, mas voltou a crescer no ano seguinte, representando a maior faixa etária em acessos (37,2%). As pessoas entre 25 e 34 anos compõem a segunda maior faixa etária – 34,54%.

O número de acessos ao site não sofreu alteração significativa entre 2019 e 2020, porém o número de usuários vem aumentando nos últimos anos: cerca de 60% entre 2018 e 2020. Entre os dez textos mais acessados, cinco são da série ITTC Explica, inaugurada em 2016, na qual são apresentados didaticamente termos técnicos e assuntos relacionados à atuação do Instituto.

O ITTC também é responsável pelo *hotsite* "MulhereSemPrisão", que contém informações sobre mulheres encarceradas, resultado de ampla pesquisa de mesmo nome, realizada em 2017/2018.

ITTC

E OS NÚMEROS NAS MÍDIAS SOCIAIS

SITE INSTITUCIONAL

174.140 ACESSOS - **14.511** ACESSOS / MÊS
105.189 USUÁRIOS
45 TEXTOS PUBLICADOS

HOTSITE MULHERESSEMPRISAO

8.086 ACESSOS
5.824 USUÁRIOS

FACEBOOK

12.844 CURTIDAS
*2019 - 12.995

INSTRAGRAM

2.122 SEGUIDORES
*2019 - 1.513

TWITTER

1.184 SEGUIDORES
*2019 - 875

YOUTUBE

917 INSCRITOS
*(SALDO POSITIVO DE +161)
7.700 VISUALIZAÇÕES
4 LIVES REALIZADAS

NEWSLETTER

3.000 ENVIOS EM MÉDIA / MÊS

Imprensa

Em 2020 o ITTC foi mencionado 285 vezes na mídia, considerando citação de materiais de pesquisa, divulgação de participações em campanhas coletivas e entrevistas concedidas por integrantes das equipes do Instituto. A maior parte esteve relacionada ao impacto da pandemia de covid-19 nos presídios brasileiros, porém outros assuntos também surgiram com frequência, como maternidade no cárcere, guerra às drogas e políticas municipais voltadas à justiça criminal.

Boletim do Banco de Dados

No segundo semestre de 2019, a Comunicação e a equipe do Banco de Dados do ITTC iniciaram a produção de um boletim bimestral temático sobre mulheres migrantes em conflito com a lei, utilizando a base de informações compiladas pelo Projeto Mulheres Migrantes (antigo Estrangeiras) ao longo dos seus anos de atuação. No primeiro ano foram lançadas quatro edições e, em 2020, seis. Os boletins são distribuídos por meio do *newsletter* e posteriormente postados em nosso blog. Entre os temas abordados estão o perfil das mulheres atendidas, indicadores socioeconômicos, violência institucional, maternidade, questões raciais e tráfico de pessoas.

Veja mais no item 'Banco de Dados'.

PROGRAMA JUSTIÇA SEM MUROS

O Programa Justiça Sem Muros (JSM) foi criado para promover a incidência política e a disseminação de conhecimentos adquiridos, pela experiência prática e pela produção de pesquisas nos mais de 20 anos de atuação do ITTC, sobre pessoas em conflito com a lei, especialmente mulheres. O atual projeto em andamento chama-se 'Pela liberdade das mulheres: incidência política e difusão de conhecimento'.

A atuação do projeto por meio de incidência política e litigância estratégica tem como objetivo principal impulsionar medidas desencarceradoras para mulheres em contato com a justiça criminal, bem como barrar iniciativas punitivistas e retrocedentes. As equipes do programa acompanham e participam de redes e articulações com a sociedade civil para mobilização de mudanças institucionais no sistema de justiça. O uso da comunicação como instrumento para a divulgação de informações a respeito do sistema prisional possibilita o diálogo público e contribui para qualificação do debate e fomento ao combate às violações de direitos e às desigualdades étnico-raciais e sociais, elementos constituintes da história social e política do Brasil.

Incidência política e difusão de conhecimento

Desde o início de 2020, após participação no *IV Encontro Nacional* em Fortaleza, realizado pela Agenda Nacional pelo Desencarceramento, o JSM se aproximou do grupo de articulação e do grupo de comunicação, nos quais foram realizados: acompanhamento das ações políticas em territórios estaduais e órgãos públicos; contribuição na elaboração de conteúdo para mobilizar a Agenda nos meios de comunicação digitais e auxílio nas demandas de Frentes Estaduais e grupos de familiares de pessoas presas e egressas.

Em abril, a equipe contribuiu com a elaboração de ofícios enviados pela Agenda aos órgãos públicos e atores-chave da justiça criminal nos estados solicitando acesso às informações sobre a implementação do Comitê de Combate ao Covid-19 nas Prisões através dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização das unidades prisionais (GMF's).

Nos meses de junho e julho, em conjunto com a Agenda, o JSM participou das seguintes campanhas: 1) #NãoAosContêineres, contra a proposta do uso de contêineres para plano de combate a pandemia do coronavírus nas prisões, apoiando a mobilização e sua divulgação nas mídias digitais e redes sociais; e 2) **#TorturaNãoSeVêPelaTV**, contra a implementação das audiências de custódia por videoconferência, contribuindo na construção de vídeo para a plataforma Youtube. Além disso, auxiliou na construção do **vídeo sobre os 10 pontos da AGENDA**.

No início de março de 2020, a equipe foi convidada para participar em evento no *SENAC*, por meio de uma roda de conversa sobre encarceramento feminino. O debate trouxe panorama sobre o encarceramento no Brasil e desmistificou questionamentos sobre as condições enfrentadas pelas mulheres em privação de liberdade, além de apresentar dados sobre as pesquisas do ITTC. O público, composto por jovens de 16 a 24 anos, que está ingressando no mundo do trabalho, dialogou sobre as políticas brasileiras de encarceramento e seus impactos na população feminina. Saiba mais: **"ITTC media debate sobre encarceramento feminino para jovens de 16 a 24 anos"**.

Em julho, o ITTC participou de uma palestra na Universidade Rural da Amazônia (UFRA) com os temas cárcere, migração e educação, onde puderam ser expostos os resultados das pesquisas do ITTC, bem como, um panorama sobre o encarceramento no Brasil para alunas/os de engenharias que nunca tiveram proximidade com o tema. Neste mesmo mês, o JSM concedeu entrevista a uma aluna da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para falar sobre a história do ITTC, seus maiores desafios na atuação contra o encarceramento feminino e as perspectivas futuras sobre o tema no Brasil.

Em setembro, o ITTC participou de uma aula do professor Paulo Nassar da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP sobre comunicação estratégica. A equipe do Justiça Sem Muros e o projeto Gênero e Drogas apresentaram um panorama do encarceramento feminino no Brasil, bem como apontaram números e situações apuradas pelos relatórios das pesquisas do ITTC.

O ITTC também participou, em setembro de 2020, junto com organizações que compõem a Rede Justiça Criminal (RJC), do relançamento da "Campanha Eleições Sem Truque", contribuindo com a publicação de cards e materiais explicativos a respeito das eleições municipais. O objetivo desta campanha era ajudar a munir eleitores e eleitoras de informações e questionamentos para identificar propostas superficiais e desonestas sobre segurança e justiça apresentadas por candidatas/os nas eleições municipais.

Incidência política e litigância estratégica

Ao longo do primeiro ano de projeto, em atuação conjunta com mandatos da Câmara Legislativa Municipal de São Paulo, foi desenvolvido um Projeto Piloto junto ao gabinete do vereador Eduardo Suplicy para pautar a futura votação do projeto de lei desenvolvido sobre a "Agenda Municipal para Justiça Criminal - Propostas de Políticas Municipais", desenvolvida pela equipe do *Justiça Sem Muros* em 2017. Isso porque houve a sinalização de que o PL 537/2017, desenvolvido anteriormente pelo ITTC, conforme recomendações da Agenda Municipal, não seria aprovado.

Atualmente, o Projeto Piloto está sendo executado pela Secretaria de Direitos Humanos e pela Coordenadoria de População em Situação de Rua e desenvolvido pela ONG contratada, Iniciativa Negra. O ITTC acompanha a execução do Projeto Piloto participando de reuniões sobre o tema com o gabinete do vereador Eduardo Suplicy.

Já no âmbito nacional, o ITTC atua em parceria com a Rede de Justiça Criminal realizando *advocacy* nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário desenvolvendo ações e mobilizações que tenham impacto na redução do encarceramento em massa no país.

Além disso, trimestralmente temos reuniões de planejamento com todas as organizações membro da Rede para traçar pautas prioritárias e planos coletivos. Em 2020, a atuação com esta rede parceira se deu principalmente nos temas do Pacote Anticrime, revista vexatória, "Campanha Eleições Sem Truque" e enfrentamento ao racismo, por meio da divulgação de materiais de comunicação, ações de *advocacy*, litígio estratégico jurídico, formações internas e o desenvolvimento de uma Carta de Princípios contra qualquer ato discriminatório por motivos de raça.

Outro tema desenvolvido em parceria com a RJC foi sobre a Lei de Drogas. Foram implementadas ações de *advocacy* principalmente contra o Projeto de Lei 6315/2013, que extingue a figura do tráfico privilegiado.

Em março de 2020, em parceria com o IBCCRIM, o ITTC elaborou uma **Carta ao Supremo Tribunal Federal (STF)** pedindo que os ministros se responsabilizassem pela chegada da pandemia no sistema prisional. O documento foi assinado por mais de 100 organizações e coletivos, bem como antigos ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Ainda sobre litígio estratégico, o ITTC atuou em diversas ações coletivas que possuem significativo impacto contra as violações perpetuadas pelo encarceramento em massa e agravadas pela pandemia do coronavírus. Nesse sentido, o ITTC, junto com o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) e o Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, apresentou uma petição no *Habeas Corpus* Coletivo n. 143.641/SP, ação na qual atuamos como *amicus curiae*.

A petição teve como foco exigir providências emergenciais e efetivas para poupar a vida das pessoas presas durante a pandemia do coronavírus, como, por exemplo, a implantação de penas em regime aberto às mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por crianças de até doze anos ou por pessoas com deficiência e outros grupos de risco.

No mesmo mês, o ITTC apresentou pedido de habilitação como *amicus curiae* no *Habeas Corpus* Coletivo n. 568.981/SP, em trâmite no Superior Tribunal de Justiça, junto com a Conectas, Elas Existem e Pastoral Carcerária. O *Habeas Corpus* foi apresentado em favor de pessoas privadas de liberdade vulneráveis ao contágio pelo coronavírus.

Também em março, foi elaborado pedido de habilitação como *amicus curiae*, junto com a Pastoral Carcerária, para ser protocolado na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 347. Nesta ação, o STF reconheceu o "estado de coisas inconstitucional" que constitui todo o sistema prisional brasileiro. Por fim, em parceria com a Rede de Justiça Criminal, enviamos neste período ofícios aos Tribunais de Justiça e Ministérios Públicos de todos os estados do Brasil pedindo providências e repasse de informações sobre o coronavírus e o sistema carcerário.

Em abril de 2020, o ITTC junto com mais 30 organizações enviaram **ofício ao Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP)** se posicionando contra a proposta de isolar em contêineres pessoas presas com sintomas do coronavírus. O documento apontou as violações de direitos já existentes no sistema prisional, como a superlotação e as condições insalubres nas unidades prisionais, onde o risco de contágio de doenças infecto contagiosas é 30 vezes maior que fora da prisão. Foram elaborados e encaminhados Apelos Urgentes à ONU e à CIDH sobre o tema com o objetivo de pressionar o Brasil internacionalmente. Além disso, o ITTC concedeu entrevistas sobre a barbaridade do uso de contêineres para prender pessoas e divulgou materiais nas suas mídias.

Em maio, o ITTC apresentou pedido de habilitação como *amicus curiae* na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 684, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), pedindo que o STF determine providências em relação à gestão penitenciária, notadamente à saúde, à vida e à segurança de toda a população prisional, dos servidores do sistema penitenciário e, também, da sociedade em geral, diante do fracasso do Estado em desempenhar a obrigação de evitar a proliferação do coronavírus no sistema prisional brasileiro.

Já em junho, foi apresentado *amicus curiae* no *Habeas Corpus* Coletivo n. 186.185, com

pedido de liminar, impretado em favor de todas as mulheres gestantes, puérperas e lactantes, ou seja, mães de crianças de até 2 (dois) anos de idade, encarceradas nas prisões dos estados - de São Paulo, Pernambuco, Pará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Maranhão, Rondônia, Bahia, Sergipe, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba, Alagoas e Distrito Federal - respondam em liberdade ou em prisão domiciliar ou cumpram suas penas definitivas em regime aberto domiciliar.

Também em junho, o ITTC enviou Apelo Urgente a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) contra o acirramento das violações de direitos humanos nas prisões brasileiras com a chegada do COVID-19. O **Apelo Urgente** apresentou dados e evidências sobre violações de recomendações internacionais em pelo menos seis âmbitos: falta de acesso à saúde, entraves ao desencarceramento, incomunicabilidade, problemas no registro de óbitos, rebeliões e uso de estruturas temporárias precárias para o abrigo das pessoas presas.

Como desdobramento do Apelo Internacional, o ITTC e as demais organizações que subscreveram o documento, foram convidados para reunião com a ONU e OEA. O ITTC atuou como organizador da reunião junto com o IBCCRIM, Justiça Global, Conectas, NESC/SP, MNPCT e MEPCT/RJ. Como consequência da reunião, a **CIDH publicou um comunicado de imprensa** e enviou uma carta ao governo brasileiro cobrando respostas sobre a situação do cárcere na pandemia.

Mapear e debater medidas desencarceradoras

Em diálogo com organizações, movimentos sociais e Defensoria Pública de São Paulo e de outros estados, sobre medidas desencarceradoras, no mês de fevereiro de 2020, a equipe participou de Audiência Pública do Mães em Cárcere da Defensoria Pública Estadual de São Paulo: **"Audiência Pública aborda a maternidade no sistema prisional"**.

Outra atividade do projeto prevista para o primeiro ano se refere a pedidos de acesso à informação aos estados e ao DEPEN para averiguar quantas mulheres em prisão preventiva, que teriam direito à substituição por prisão domiciliar, ainda se encontram presas, usando como base direitos previstos na Lei nº 12.527/2011. Checou também quantas mulheres que estão em cumprimento de pena teriam direito ao novo critério de progressão, previsto na Lei n° 13.769/2018, além de quantas teriam sido beneficiadas pela medida. Como complemento, também foi questionado se as unidades prisionais estão considerando informações sobre maternidade nos prontuários das pessoas presas.

O estado de São Paulo foi um dos primeiros a fornecer as informações de forma completa e detalhada, a partir disso, foi feito um artigo para publicação em data oportuna (litigância estratégica), próxima ao dia das mães, a fim de fomentar o debate político sobre as mulheres mães e gestantes em privação de liberdade. O artigo em questão foi publicado no acervo online do portal *Le Monde Diplomatique Brasil*, intitulado **"O que os números revelam sobre mães e gestantes encarceradas"** e no portal Outras Palavras, intitulado **"Sobre maternidade e encarceramento feminino"**.

Por fim, ainda sobre esse eixo de atividades, por meio do acompanhamento semanal de processos judiciais que o ITTC é parte, observamos as teses aceitas ou negadas pelas instâncias do Poder Judiciário com relação à aplicação de medidas alternativas à prisão de mulheres, dando visibilidade a elas e identificando potencialidades de incidência.

Divulgar e disseminar conhecimento

Neste eixo, o foco foi a criação de conteúdos para o site institucional, redes sociais e outros veículos de comunicação. Também, responder e encaminhar demandas recebidas pelas redes sociais e estimular o ITTC Entrevista e ITTC Explica, referência no debate público sobre encarceramento feminino, além da participação em *podcast* e em eventos virtuais no formato de *live*. Com isso, foi possível produzir 2 vídeos e 14 artigos para o blog institucional e veículos externos; promover 3 *lives*; participar de 1 *podcast* e conceder 17 entrevistas para a imprensa.

Comunicação e articulação

Durante o primeiro ano do projeto, a equipe de Comunicação participou com o Justiça Sem Muros das articulações e atividades realizadas, contribuindo para potencializar a disseminação das mobilizações, ações e pesquisas desenvolvidas pelo ITTC.

Nesse sentido, construímos uma parceria com o Instituto de Estudos da Religião (ISER) para contribuir em uma seção específica sobre encarceramento feminino no site **Covid nas Prisões**. Esta plataforma reúne as memórias do Brasil referentes à situação das pessoas presas e seus familiares durante a pandemia; traz a atuação dos movimentos sociais, associações e organizações de direitos humanos; centraliza conteúdos e informações sobre o tema; bem como, denuncia as violações de direitos ocorridas neste contexto social pandêmico.

Para mobilização do lançamento da seção no site, o ITTC realizou em outubro de 2020 um bate-papo virtual sobre **A suspensão das visitas e o grave aumento das violações de direitos no cárcere** e publicou um artigo para debate público e disseminação de conhecimento intitulado como **"Impedir as visitas nas prisões agrava as violações de direitos durante a pandemia"**.

Diversas atividades da equipe do projeto ocorreram em conjunto com a Comunicação e com as demais equipes do ITTC, como o acompanhamento da Plataforma Brasil de Direitos do Fundo Brasil de Direitos Humanos, Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas e a Rede de Justiça Criminal.

PROGRAMA DIREITOS E GÊNERO

O Programa tem como finalidade articular e fortalecer as diversas intervenções e projetos realizados pelo ITTC, com foco na produção de conhecimento e diálogo público, promoção de direitos e ampliação do acesso à justiça a todas as pessoas em conflito com a lei, especialmente as mulheres. O Programa se divide em dois projetos: Gênero e Drogas e Mulheres Migrantes.

PROJETO GÊNERO E DROGAS

O Projeto Gênero e Drogas (PGD) começou em 2015 com o intuito de interseccionar duas frentes de atuação no ITTC dentro do tema de encarceramento e do sistema de justiça criminal: as questões de gênero e a política de drogas, causa da maioria das prisões de mulheres no Brasil.

O projeto possui três eixos principais de atividades, sendo o primeiro deles o levantamento de informações, legislações, políticas públicas e boas práticas nacionais e internacionais relacionadas ao encarceramento feminino e às políticas de drogas. O segundo eixo visa desenvolver materiais de comunicação sobre a necessidade de redução do encarceramento de mulheres e da revisão de paradigmas de políticas de drogas focadas apenas no viés punitivo. Já o terceiro eixo tem como objetivo implementar estratégias de *advocacy* que incidam sobre a revisão da política de drogas adotada pelo Brasil e promovam políticas públicas sociais com recorte de gênero e viés alternativo ao punitivista.

No desenvolvimento do projeto, em 2016, uma das principais produções foi o Infográfico Virtual **"Política de Drogas e Encarceramento: um panorama América - Europa"**. O infográfico é resultado de um levantamento de dados sobre as legislações de drogas em 36 países das Américas e da Europa, com um recorte detalhado para 22 países que apresentaram um aumento do encarceramento a partir da adoção de políticas tolerantes com o uso de drogas.

Outro importante material produzido pelo PGD, em 2015, foi o Glossário **"Tipos de política de drogas"**, que constitui uma importante ferramenta para trabalhar os termos técnicos que regem a política de drogas no Brasil e no mundo.

Em 2017, o PGD lançou a animação intitulada **"A política de drogas é uma questão de mulheres"** , que ilustra 9 trajetórias de mulheres marcadas pela política de drogas e pelo sistema de justiça criminal. O lançamento do vídeo contou com a presença de ativistas de diversas entidades que discutem a política de drogas no Brasil: Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD), Craco Resiste, Centro de Convivência É de Lei, Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD), Marcha das Mulheres Negras, entre outras.

Em 2018, o PGD focou na execução do projeto Caravanas, que pretendia olhar para como a política de drogas é implementada na prática, a partir do enfoque de gênero e justiça criminal, trazendo o recorte de três cidades: São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador.

Em 2019, o Projeto voltou sua atenção à realização de conversas e organização dos documentos do Projeto Caravanas, com o objetivo de escrever as histórias das cinco personagens que, posteriormente, protagonizaram o "Jogo Política de Drogas é uma Questão de Mulheres". De certo modo, foi um processo complementar de pesquisa sobre formato, jogabilidade, conteúdo, entre outros, com o fim de ser o mais fiel possível às diversas realidades de mulheres impactadas pela Política de Drogas.

Em 2020, o PGD focou em concluir a revisão, design, escrita do Manual, impressão e distribuição do Jogo Política de Drogas é uma Questão de Mulheres. A publicização foi feita virtualmente a partir de divulgação no site e redes sociais e por meio de uma *live*. O PGD organizou e integrou o II Encontro Latinoamericano de Mulheres Sobreviventes do Cárcere. Também, desenvolveu o planejamento e iniciou a organização do I Encontro Nacional Virtual de Mulheres ex-privadas de liberdade e familiares, previsto para setembro de 2021.

Jogo Política de Drogas é uma Questão de Mulheres

A produção do Jogo foi uma estratégia de disseminar o conhecimento acumulado por meio de pesquisas e materiais de comunicação reunidos durante a participação das equipes do PGD em encontros de redes com outras organizações da sociedade civil e movimentos de base, em conversas com parlamentares, membros de instituições públicas e privadas com o fim de sensibilizar e qualificar as discussões.

E foi assim, a partir de muitas conversas, trocas, compartilhamento de fragilidades e potencialidades entre as equipes do PGD, mulheres atendidas pelo ITTC, trabalhadoras e trabalhadores de políticas públicas de diferentes localidades do Brasil que surgiu a ideia deste Jogo.

O **"Jogo Política de Drogas é uma Questão de Mulheres"** é fruto da observação do cotidiano das pessoas que estão diretamente ligadas aos impactos da política de drogas e o objetivo foi criar um material lúdico e dinâmico para fomentar espaços de reflexão e servir de instrumento na formação e sensibilização de profissionais e gestoras/es de políticas públicas, de organizações da sociedade civil e de pessoas que desejam se aprofundar nos diferentes temas que se interligam com a política de drogas.

O Jogo é composto de cinco histórias: Maria, Teresa, Fanny, Vitória e Julia, que expressam muitas vidas reais, na verdade, são baseadas nas vidas de muitas mulheres Brasil afora. São histórias que apresentam trajetórias e escolhas que levam a debater os caminhos possíveis das mulheres que se deparam com as drogas.

No final do 2º semestre, iniciou-se o processo de mapeamento de instituições e serviços cuja atuação alcança nosso público-alvo. Neste mapeamento, em primeiro lugar, a equipe buscou elencar CAPS, CREAS e CRAS em 10 capitais brasileiras. Foi estabelecido contato com essas instituições, porém pelo momento da pandemia e nova organização dos horários de funcionamento destas, foi necessário alterar a estratégia, e buscar instituições em redes parceiras e organizações referência para as primeiras entregas.

Esta estratégia resultou bastante positiva, sendo que as organizações e instituições contactadas se interessaram e estabeleceram contato com o ITTC por conta do Jogo. Isso permitiu à equipe conhecer trabalhos que são desenvolvidos em temáticas próximas e que abordam ou interseccionam gênero e drogas.

Foram enviados 60 Jogos, ainda em 2020, mas o processo foi suspenso temporariamente em razão do aprofundamento da pandemia. De toda forma, o mapeamento continuará sendo feito em 2021.

Parcerias e Articulações

Durante o ano de 2020, foram diversas as atividades junto aos parceiros, que permitiram e ampliaram as articulações do projeto:

- Entrevista para o site da ***Prison Insider*** e participação nos diálogos com a organização, o que culminou em uma parceria permanente.

- Realização de reuniões de articulação com o Programa Justiça Presente do CNJ sobre a criação de uma Rede de Atenção à População Egressa (RAESP), em conjunto com a equipe do Projeto Mulheres Migrantes (PMM) e o Instituto Pro Bono.

- Acompanhamento da Rede de Justiça Criminal (RJC) junto ao Projeto Justiça Sem Muros (JSM), dado o interesse da RJC em retomar a pauta de política de drogas e acompanhamento das transições internas da instituição.

- Tratativas com o ISER para contribuições do ITTC no site "COVID nas Prisões", em conjunto com o JSM.

- Participação no Núcleo de Violência e Encarceramento da Plataforma Brasileira de Política de Drogas e acompanhamento de mudanças internas na instituição.

- Articulação com diversas organizações que atuam com a questão criminal, para construção de estratégias conjuntas de enfrentamento ao cenário do coronavírus nos cárceres, em conjunto com os outros Projetos do ITTC.

- Ampliação dos Diálogos e participação em reuniões com o *The Washington Office on Latin America (WOLA)* e o *International Drug Policy Consortium (IDPC)*, além de parceiros destes.

- A partir de outubro de 2020, pelo Comitê Organizador, houve a ativa participação na organização e realização do *II Encuentro Latinoamericano de Mujeres Libertarias Rompiendo Rejas* (II Encontro Latinoamericano de Mulheres Libertárias Rompendo Grades), cuja sede virtual foi no México, encabeçada pela organização local *Equis - Justicia para las Mujeres* e o coletivo *Mujeres Justicieras*.

- Ações para diálogo com mulheres que estiveram privadas de liberdade e familiares, visando o fortalecimento de uma rede local e nacional.

Outras atuações

- PBPD - Webinário "Que política de drogas queremos?" em **maio/2020**;

- PBPD - Webinário "Meninas e Mulheres Privadas de Liberdade" em **agosto/2020**;

- Formação interna para a RJC (âmbito do GT Racismo) - "Impacto da política de drogas sobre mulheres e adolescentes em privação de liberdade" em **setembro/2020**;

- Aula ECA USP: disciplina de Relações Públicas que aborda projetos e incidências de organizações sociais ministrado pelo prof. Paulo Nassar; **setembro/2020**;

- Escrita e revisão de falas e roteiro da *Red Latinoamericana de Mujeres Libertárias Fundiendo Rejas* - Webinário "*Mujeres Latinoamericanas: por un mundo sin rejas*" em **novembro/2020**;

PROJETO MULHERES MIGRANTES

O Projeto Mulheres Migrantes é fruto de um processo de reestruturação interna do ITTC por meio da junção dos projetos Estrangeiras e Migrantes Egressas, no ano de 2020.

O Projeto Estrangeiras foi o principal projeto do ITTC, por mais de 15 anos, e prestava atendimento a mulheres migrantes em conflito com a lei, desde 2001. Esse atendimento se materializava por meio de acompanhamentos processuais, sociais e de saúde realizados em visitas semanais às unidades prisionais - Penitenciária Feminina da Capital e do CPP do Butantã - na cidade de São Paulo. O atendimento direto às mulheres migrantes, dentro do cárcere, determinou o caminho, a experiência e a excelência do trabalho do ITTC, marcando sua atuação como única, inovadora e referência nacional e internacional no apoio a mulheres migrantes em conflito com a lei. Estes atendimentos realizados pelo projeto assentavam-se sobre um Protocolo de Intenções firmado entre o Instituto e a Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP), que ficou em vigor até agosto de 2019.

Ao longo dos anos, em razão da atuação do ITTC, diversos direitos foram adquiridos pelas mulheres migrantes em conflito com a lei, como o direito ao cumprimento de pena em regime aberto, algo que até então era restrito a pessoas brasileiras. Diante da maior presença de mulheres migrantes egressas ou em cumprimento de pena em regime aberto e livramento condicional, surgiram novas demandas em relação ao acesso a direitos fora das unidades prisionais. Em decorrência disso, em 2017 surgiu o Projeto *Migrantes Egressas*, visando dar continuidade aos atendimentos diretos realizados dentro das unidades prisionais, mas voltados, agora, às demandas das mulheres egressas junto ao município e às redes de apoio e assistência.

Com as crescentes colaborações entre os projetos, uma vez que havia uma linha de continuidade nos atendimentos realizados pelas equipes, chegou-se à conclusão de que a fusão de ambos resultaria em uma atuação mais completa e efetiva. Assim, a partir de 2020, as atividades foram unificadas sob a égide do Projeto *Mulheres Migrantes*, por meio do qual são realizados atendimentos diretos com mulheres egressas. Contudo, em razão do encerramento do acordo do ITTC com a SAP, a atuação dentro do cárcere, em relação às mulheres sob custódia na Penitenciária Feminina da Capital e no CPP Butantã, se restringiu ao trabalho de facilitação do contato com familiares. A atuação consistiu no recolhimento das cartas recebidas na sede do escritório, escaneando e encaminhando-as aos familiares, bem como a organização das cartas recebidas dos familiares para envio às unidades por meio do serviço dos Correios, além do contato com Consulados e Embaixadas.

A partir dessas frentes, o PMM busca monitorar e promover o acesso a direitos, pautando a redução do encarceramento em massa e o acesso às políticas públicas, com o objetivo de garantir o respeito e a dignidade de todas as mulheres migrantes.

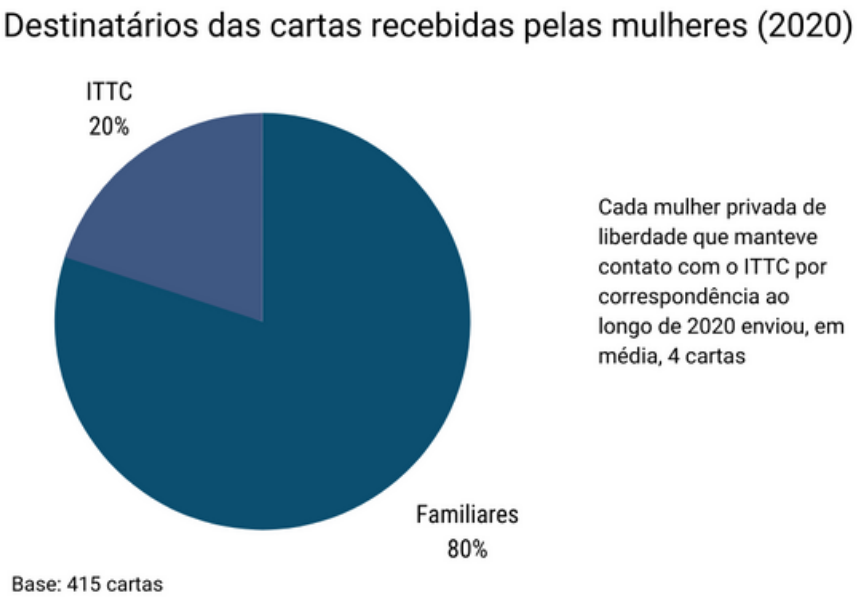
Desde 2018 o ITTC organizou e implementou um Banco de Dados que atua em conjunto, inicialmente com o Projeto Estrangeiras e agora apoia o PMM. A equipe do Banco de Dados colabora e orienta o registro dos atendimentos individuais realizados pela equipe de forma a inserir e extrair dados pertinentes à rotina de atendimentos e produzir conhecimento sobre gênero, migração e encarceramento.

Em 2020, a pandemia do coronavírus trouxe desafios ao projeto que precisou reformular o formato de atendimento do PMM e exigiu novas estratégias de atuação em razão das demandas surgidas com as medidas de restrição. Em março de 2020, como dito anteriormente, o escritório do Instituto foi fechado e o trabalho passou a ser realizado remotamente - e assim se mantém até o momento. Com isso, os atendimentos passaram a ser feitos por meio das redes sociais do Projeto (Facebook e WhatsApp) e e-mail, contando inclusive com dois celulares institucionais do ITTC. Ainda, conforme detalhado a seguir, a crise sanitária influenciou diretamente o aumento no número de atendimentos e de mulheres atendidas.

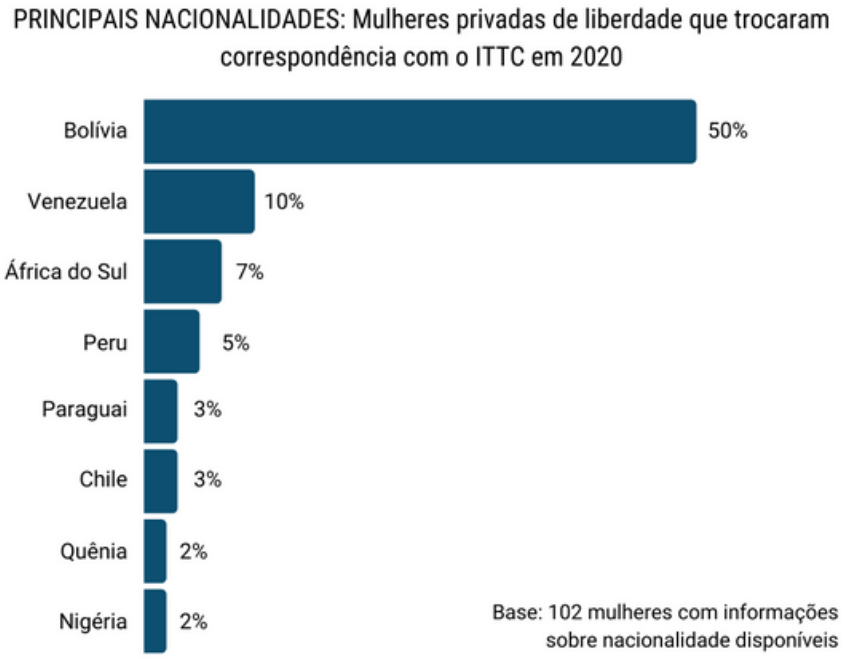
A pandemia desencadeou uma diferenciação das demandas por atendimento e orientação. Com a limitação de atendimentos por parte da Polícia Federal e a suspensão dos prazos migratórios, como vencimento de documentos, a demanda por renovação do RNM teve uma queda considerável, ao mesmo tempo em que surgiram demandas antes inexistentes, como orientação para o recebimento do Auxílio Emergencial e informações sobre o funcionamento de fóruns. Com isso, foi necessário ampliar o mapeamento dos tipos de atendimentos para incluir novas informações, novas categorias atualizadas às necessidades dessa nova conjuntura.

Contato com mulheres no sistema prisional

Em 2020 o PMM manteve contato com 104 mulheres no sistema prisional por meio de cartas. No total, foram recebidas 415 cartas das mulheres, sendo 330 endereçadas aos familiares, e 85 endereçadas ao ITTC.



Além disso, também foram encaminhadas 141 cartas de familiares às mulheres privadas de liberdade. Em relação à nacionalidade das migrantes privadas de liberdade que mantiveram contato por correspondência ao longo de 2020, metade delas são bolivianas, 10% venezuelanas e 7% sul-africanas.



O conteúdo das cartas destinadas ao ITTC consiste principalmente em dúvidas processuais, como cálculo de pena, orientações para saídas em datas comemorativas, dentre outros. Em alguns casos também solicitam a intermediação do ITTC junto aos consulados e embaixadas, visto que nem todos realizam visitas ou mantêm contato com as mulheres privadas de liberdade. Como 2020 foi um ano atravessado pela pandemia do novo coronavírus, algumas demandas das mulheres eram relativas também ao seu estado de saúde e acesso a medicamentos ou tratamentos médicos, dúvidas sobre a situação de seu país de origem na pandemia e sobre a saúde de sua família.

O contato das mulheres migrantes presas com o mundo exterior é limitado, sendo um agravante a grande distância de suas famílias e redes de apoio. Assim, o ITTC atua na intermediação deste contato, com supervisão das unidades prisionais, de forma a garantir o direito à correspondência.

É importante ressaltar que em condições normais, isto é, fora do contexto de pandemia, o contato de mulheres com seus familiares já se encontra debilitado diante da falta de recursos materiais para enviar e/ou receber cartas de outros países, além da ausência de equipamentos nas unidades prisionais que permitam videochamadas, ligações ou envio de e-mails para suas famílias.

Atendimento a mulheres egressas do sistema prisional

O Projeto Mulheres Migrantes presta assistência e orientação jurídica, principalmente nas temáticas de acompanhamento de processo penal, regularização migratória, moradia, trabalho e saúde, além de atuar na produção de conhecimento, incidência política e formação de redes de migração e encarceramento. Por conta da pandemia de COVID-19, aplicativos de mensagens como WhatsApp e Facebook, bem como e-mail, que costumavam ser ferramentas complementares de atendimento, passaram a ser as principais formas de contato com as mulheres egressas, em cumprimento de pena fora do cárcere, livramento condicional e familiares. Com isso, o projeto lidou com um número expressivo de atendimentos *online*, que superaram o número de atendimentos nos anos anteriores, muito por conta da situação socioeconômica e as poucas oportunidades para as mulheres durante a pandemia.

Assim, a crise sanitária, social e econômica acentuou as vulnerabilidades de modo que demandas de subsistência se apresentaram ao projeto com maior urgência e expressividade. Além de prestar mais orientações para acesso a benefícios socioassistenciais, como Auxílio Emergencial e Bolsa Família, a equipe se dedicou a esforços para captar e distribuir doações de cestas básicas de alimentos e kits de higiene para as mulheres atendidas pelo projeto em parceria com outras organizações, como o Projeto Mulheres Marginalizadas, o Instituto Irmãs de Santa Cruz e a Rede Rua. Ao longo do ano foram distribuídas 244 cestas básicas para 147 mulheres migrantes atendidas pelo projeto.

Além dos fóruns, a Polícia Federal também alterou seu funcionamento para regularização migratória: o que antes era possível solucionar com o comparecimento na instituição a qualquer hora, durante o ano de 2020 dependeu de vagas de atendimento abertas e de agendamento online. Eram raras as vezes que a instituição dispunha de vagas para regularização, por exemplo, de Registro Nacional Migratório (RNM), dificuldade esta que foi relatada por outras organizações que também trabalham com a pauta migratória.

Sendo assim, durante os primeiros meses da pandemia a demanda por regularização documental diminuiu e aumentaram questões relacionadas ao Auxílio Emergencial, distribuição de cestas básicas e abrigamento.

A partir dos últimos meses do ano, a demanda documental voltou a subir por conta da retomada gradual do curso dos prazos migratórios no âmbito da Polícia Federal de acordo com a publicação da Portaria nº 18 - DIREX/PF de 19 de outubro de 2020. Desde então os atendimentos retornaram a exigir orientação e conferência dos documentos necessários para as solicitações ou renovações de autorizações de residência, além do auxílio para agendamento dos atendimentos na Delegacia de Polícia de Imigração (DELEMIG/PF).

A equipe também atuou em parceria com a DPU para a antecipação de expulsão de algumas das mulheres atendidas que demonstraram interesse e se enquadraram nos requisitos para tal procedimento, tendo êxito em 6 repatriações.

Antes e durante a pandemia, os atendimentos diretos se basearam nas principais demandas das mulheres migrantes egressas, divididos em:

1) atendimentos socioassistenciais: subdivididos em atendimentos sobre capacitação, trabalho, moradia e saúde - atendendo demandas voltadas à busca por cursos ou empreendedorismo, busca por abrigamento, subsistência (auxílio emergencial, bolsa família, cestas básicas) e orientações gerais sobre o acesso à rede de saúde.

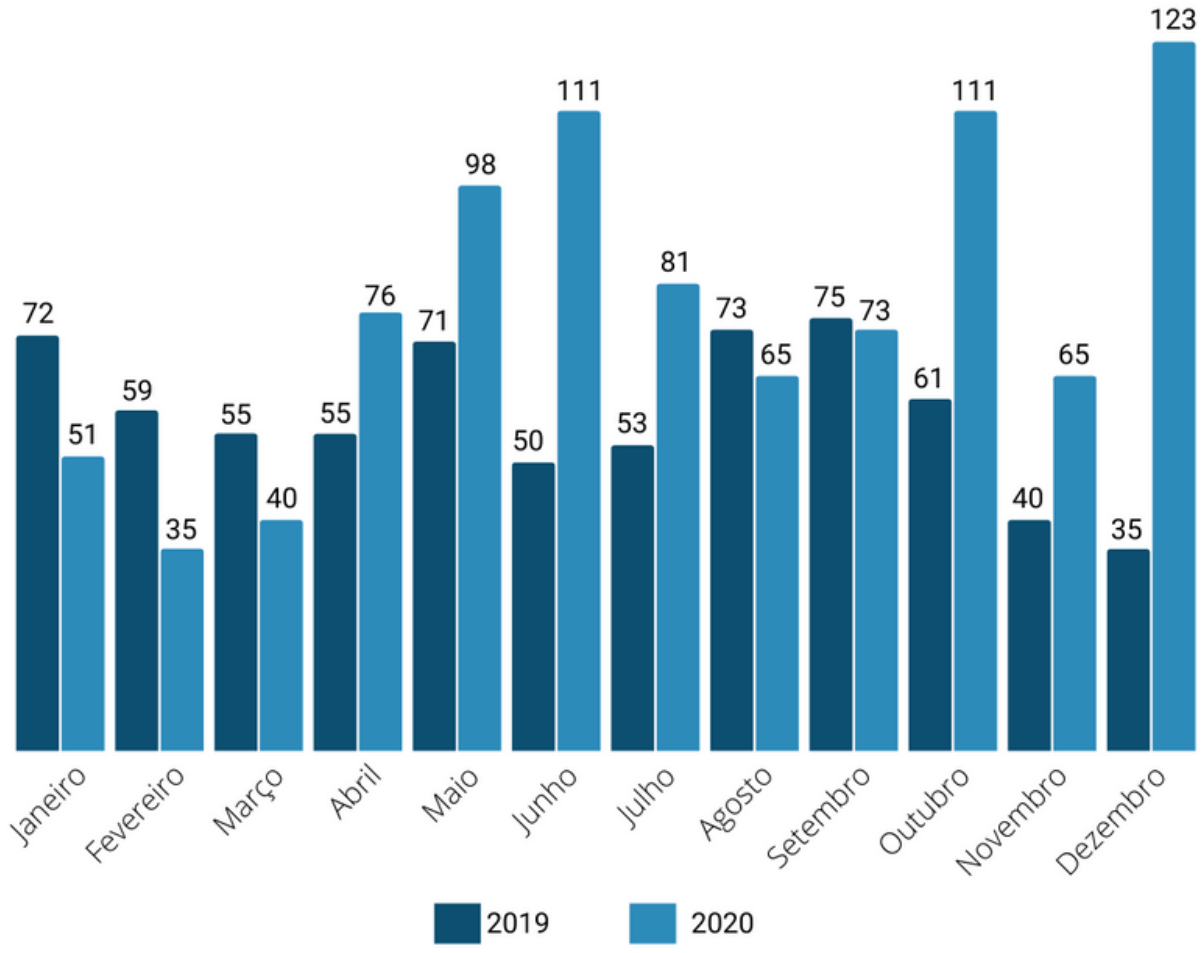
2) orientação processual: relacionada ao acompanhamento, informação e orientação sobre os andamentos processuais, tanto criminais quanto relacionados aos inquéritos de expulsão, bem como facilitação de contato com advogadas/os particulares ou Defensorias Públicas.

3) regularização documental: relacionada aos atendimentos centrados nos pedidos de autorização de residência por cumprimento de pena, reunião familiar ou solicitação de refúgio, dentre outros documentos brasileiros necessários para a permanência no país. Inclui demandas relacionadas aos passaportes, que constitui um requisito documental para algumas modalidades de documentos e, por se encontrarem retidos nos processos, requerem articulações específicas por parte da equipe.

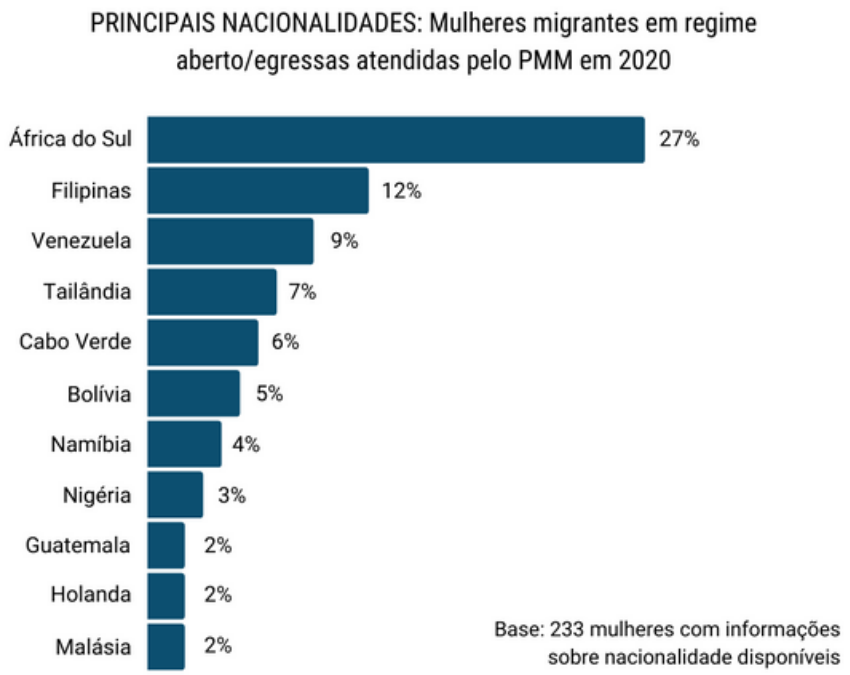
Posto isso, ao longo de 2020 o projeto realizou 1.951 atendimentos junto a 253 mulheres migrantes egressas ou em cumprimento de pena em meio aberto.

O gráfico a seguir apresenta a comparação entre o número de mulheres atendidas mensalmente entre os anos de 2019 e 2020. A partir dos dados expostos observa-se que nos meses pré-pandemia (entre janeiro e março de 2020) o número de mulheres atendidas foi inferior ao ano de 2019. Contudo, há uma reversão desse quadro a partir de abril, quando mais mulheres passaram a entrar em contato com o ITTC. Essa alta expressiva nos meses de maio e junho pode ser explicada por pedidos de orientação para recebimento do auxílio emergencial e cesta básica, sendo esta última também uma das razões para o aumento do número de mulheres em outubro e dezembro, impulsionando o contato de mulheres que não estavam sendo atendidas/acompanhadas pelo Projeto recentemente.

Número de mulheres atendidas mensalmente (2019 e 2020)

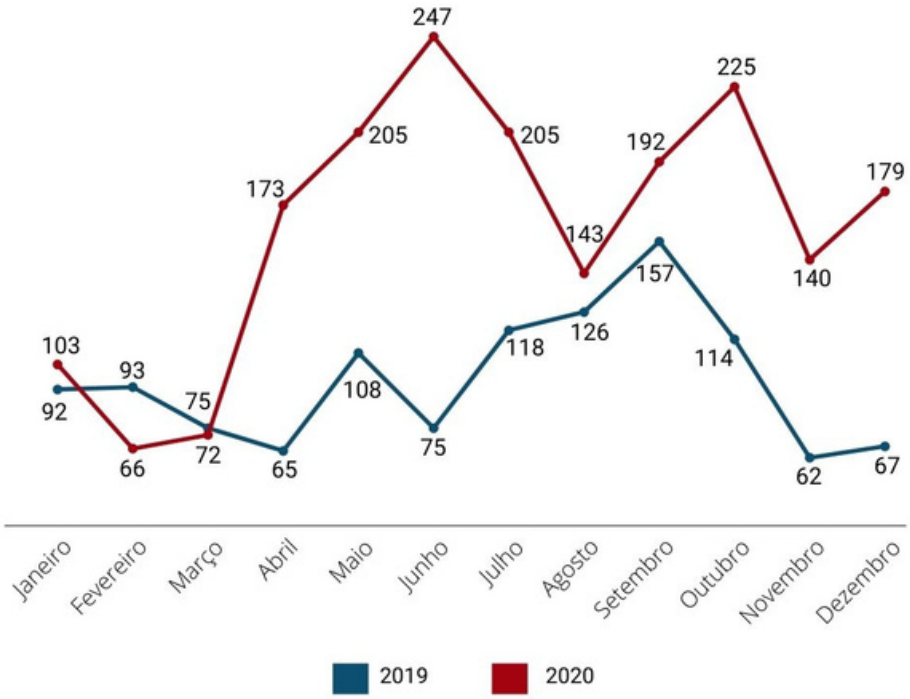


O gráfico abaixo, com os dados sobre as principais nacionalidades das mulheres migrantes atendidas pelo Projeto em 2020 aponta para a predominância da África do Sul, seguida por Filipinas e Venezuela.

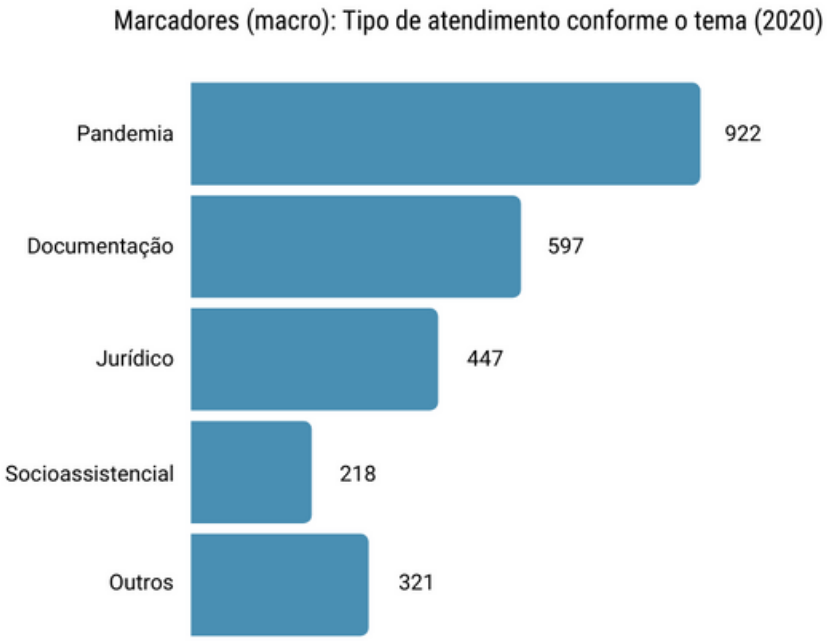


O gráfico a seguir registra a quantidade de atendimentos mensais entre 2019 e 2020 e aponta a mesma tendência verificada no gráfico anterior, sobre quantidade de mulheres atendidas no período. Nos meses de janeiro, fevereiro e março a quantidade de atendimentos esteve próxima à observada no mesmo período em 2019. Entretanto, a partir de abril, os atendimentos passaram a ser muito mais numerosos em 2020 em comparação ao ano anterior, com uma redução a partir de agosto. Durante os meses de abril, maio e junho, por exemplo, as categorias relacionadas à pandemia estiveram presentes em aproximadamente 70%, 68% e 56% dos atendimentos realizados no período. Curiosamente, em agosto e setembro, quando há uma queda e consequente aproximação com a quantidade de atendimentos de 2019, encontra-se uma baixa frequência dos marcadores da pandemia: presente em 17% e 14,8% nos atendimentos dos meses em questão.

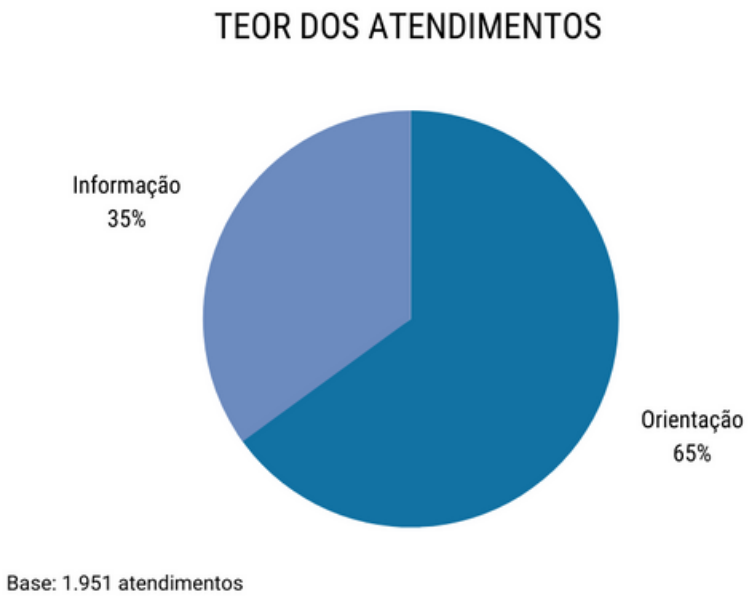
Quantidade de atendimentos mensais (2019 e 2020)



O gráfico abaixo permite visualizar o impacto dos marcadores relacionados à pandemia em relação aos demais, como documentação e jurídico. Conforme é possível extrair, a totalidade de categorias de atendimento ligadas à pandemia corresponde, sozinha, a cerca de 37% do total. Em segundo lugar estão "documentação", com cerca de 24%, e "jurídico", com 18%.

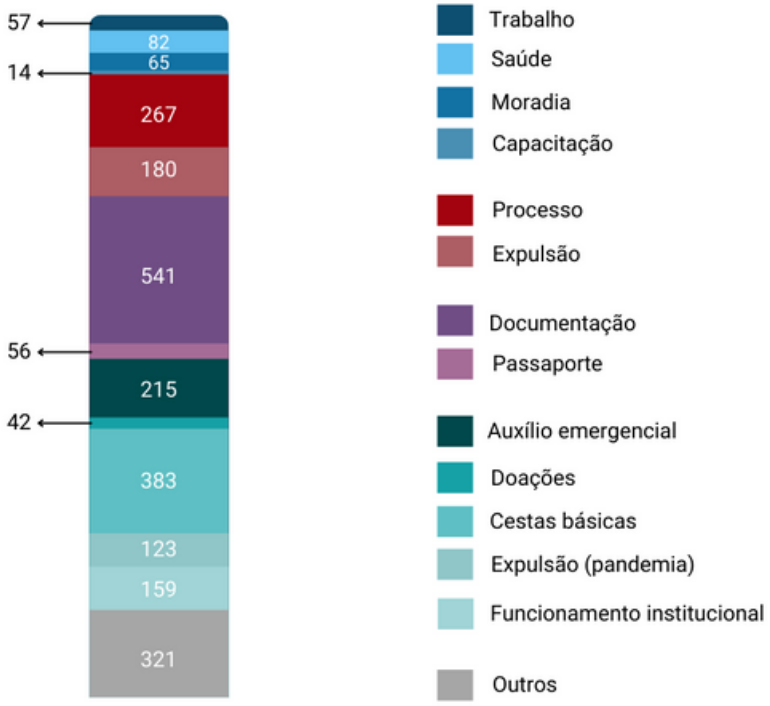


A pandemia também motivou uma nova categorização das formas de atendimento que tornasse possível representar o trabalho do Projeto. Assim, os atendimentos passaram a abranger dois marcadores: "orientação" e "informação". "Informação" consiste, principalmente, na comunicação junto às mulheres, de informações práticas relacionadas à pandemia, como a suspensão dos atendimentos de órgãos públicos e restrição de acesso aos fóruns federais e estaduais. Também inclui o recebimento e registro de dados para a entrega das cestas básicas. Por outro lado, "orientação" abarca atendimentos que envolvem contato com outras instituições, preenchimento de formulários, acionamento de redes, em suma, que mobilizam a equipe e demandam resolução.



Ao mesmo tempo, o gráfico que desagrega as categorias quanto aos tipos de demandas apresentadas nos atendimentos aponta que, de maneira geral, no ano de 2020. A busca pela regularização documental continuou sendo uma demanda significativa nos atendimentos, seguida pela categoria "outros" e pedidos de cestas básicas.

Marcadores (macro): Tipo de atendimento conforme o subtema (2020)

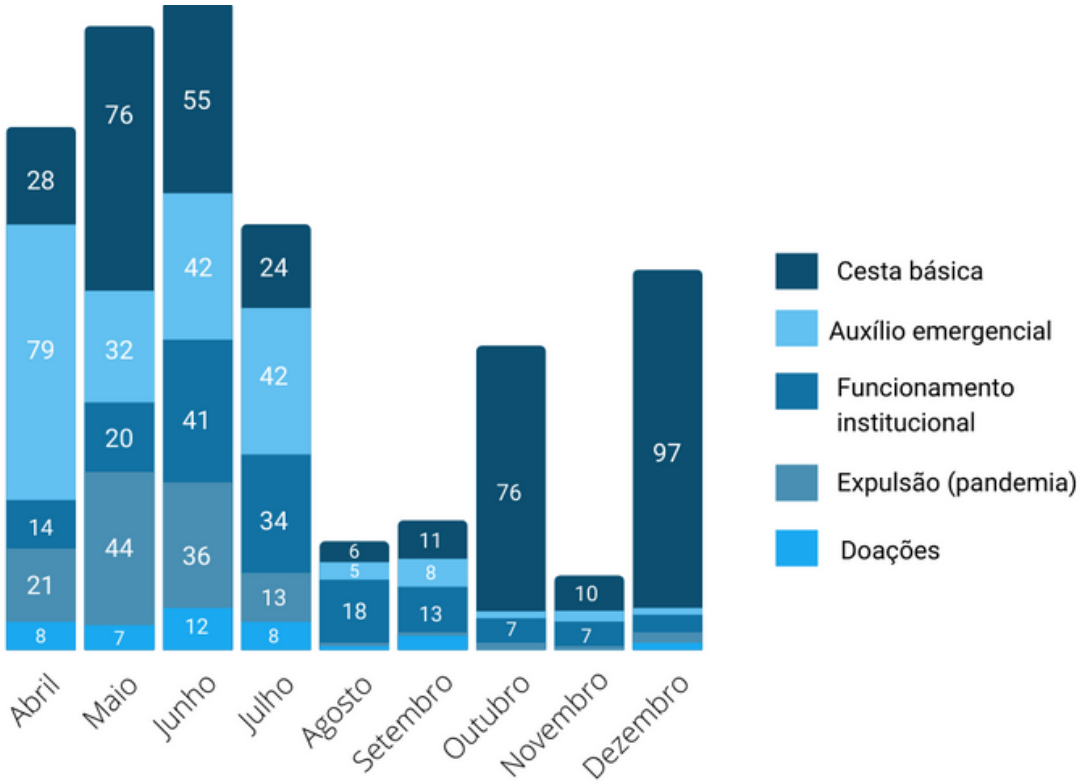


Obs: A soma dos tipos de atendimento é superior ao total de atendimentos (1.898) pois um atendimento pode envolver diversos tipos de demandas.

Por fim, o gráfico abaixo aponta as principais categorias atinentes ao marcador relativo às demandas características da pandemia. Chama a atenção a alta demanda por orientações relacionadas ao auxílio emergencial no mês de abril, com uma queda no mês seguinte e estabilização em junho e julho até cair bruscamente a partir de agosto, quando o prazo para solicitação foi encerrado. Os pedidos por cesta básica apresentaram certa instabilidade ao longo do período, tendo sido expressivos nos meses de maio, outubro e dezembro. É possível relacionar esse número alto no início da pandemia com as dificuldades de acesso ao auxílio emergencial experimentado pelas mulheres. A partir de setembro, o valor do auxílio emergencial foi reduzido pela metade, o que também pode explicar o aumento nas demandas por cesta básica no mês seguinte. Em dezembro, a proximidade com as festas de Natal e fim de ano também podem ser mobilizadas para explicar a alta demanda por cestas básicas pelas mulheres.

A categoria sobre funcionamento institucional tem pouca representatividade nos dois primeiros meses, crescendo entre junho e julho para depois cair drasticamente. Isso pode ser explicado pela insegurança manifestada pelas mulheres em relação à suspensão do comparecimento mensal nos fóruns, que é a medida que assegura o cumprimento de pena no regime aberto. Cenário semelhante ocorre com a categoria que marca os pedidos por expulsão antecipada relacionados ao contexto pandêmico. A alta dessa demanda nos primeiros meses da crise sanitária reflete a sensação de ansiedade das mulheres em relação ao bem-estar de seus familiares e o consequente desejo de retorno a seus países de origem.

Marcadores: Demandas específicas do contexto da pandemia (abr-dez/2020)



Educação para Direitos

Uma das frentes do PMM também é a Educação para Direitos. No ano de 2020, a equipe estabeleceu parceria com uma universidade pública para a realização de um curso gratuito de Português para as mulheres migrantes. Ao longo de 6 aulas, o curso possibilitou um aprofundamento no aprendizado da língua através de um método lúdico, acessível e dinâmico. O Projeto tem como objetivo dar continuidade e ampliar a oferta dessa oportunidade para mais mulheres, já que este tratou-se de um projeto piloto que contou com a participação de 3 mulheres migrantes acompanhadas pelo PMM.

Também foram criados informes recorrentes nas redes sociais (Instagram e Facebook) que possibilitaram uma maior autonomia das mulheres para buscar atenção aos seus direitos, como o vídeo elaborado pela equipe com o passo a passo da inscrição para solicitar o Auxílio Emergencial - traduzido para inglês, português, espanhol e francês.

O ITTC realizou uma formação interna para capacitação da equipe para o trabalho com demandas específicas de mulheres gestantes, lactantes e mães. Objetivou-se o estreitamento do diálogo das formadoras com a equipe do PMM para fortalecer seus conhecimentos, bem como por meio de rodas de conversa apoiar as mulheres migrantes mães, gestantes e lactantes.

A elaboração de materiais informativos também faz parte da proposta de Educação para Direitos, com o objetivo de tornar determinados processos e informações mais acessíveis e concentradas. Por isso, elaborou-se ao longo de 2020 uma cartilha dedicada a abarcar as demandas de informação das mulheres pré-egressas e recém egressas do sistema carcerário, como dúvidas sobre o estágio dos seus processos, próximos passos na execução da pena, abrigamento, procedimento para buscar auxílio para regularização documental e questão migratória, além de formas para encontrar e acessar determinados serviços e instituições.

Também realizamos o evento de divulgação da cartilha "Caminhos da Liberdade: orientações para o atendimento a mulheres migrantes em conflito com a lei", em parceria com a Defensoria Pública da União e outras equipes do ITTC. Esta cartilha é voltada para as instituições e organizações que realizam atendimento para pessoas migrantes que passaram pelo sistema prisional, e apresenta estratégias de escuta ativa, com propósito de realizar um atendimento acolhedor e que tenha potencial de abarcar as demandas das mulheres, uma metodologia de trabalho construída originalmente pela equipe do Projeto Migrantes Egressas, anterior ao PMM.

A equipe participou de uma série de rodas de conversa, eventos, *podcasts* e entrevistas, com o intuito de divulgar as pesquisas e o acúmulo gerado pelo trabalho no dia-a-dia, compartilhando as reflexões a respeito das intersecções entre sistema de justiça criminal, migração, gênero, sexualidade e raça. Um dos temas prioritários, em razão do cenário pandêmico, foi a temática da Covid-19 no sistema carcerário.

Diálogo público

Em 2020, as ações de diálogo público do Projeto *Mulheres Migrantes* estiveram concentradas na articulação com atores e redes considerados estratégicos para a atuação do projeto e para promover as transformações necessárias na realidade das mulheres acompanhadas.

Por conta da pandemia de COVID-19, o projeto se aproximou de novos atores importantes para atender demandas emergenciais, como a distribuição de cestas básicas e máscaras entre as mulheres.

Visando potencializar a rede de atenção a pessoas egressas do sistema prisional, em 2020 o ITTC, representado pelo Projeto Mulheres Migrantes e demais equipes, em parceria com o Instituto Pro Bono e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) organizaram os primeiros encontros da Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional de São Paulo (RAESP).

Inspirada na rede estabelecida no Rio de Janeiro que recebe a mesma nomenclatura, a iniciativa tem como objetivo fortalecer a atuação em rede de instituições, coletivos e ativistas que trabalham com a população egressa, seja ela migrante ou não, contribuindo para o acesso e efetivação de direitos já existentes, bem como reivindicar a criação ou aprimoramento de políticas públicas.

O contexto de pandemia não só demandou a aproximação com novos atores, mas também novas estratégias de atuação. É o caso da elaboração da Nota Técnica sobre o direito à abrigamento e ao auxílio emergencial por parte da população migrante na cidade de São Paulo, em parceria com: Missão Paz, Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS), Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, Conectas e Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC). O documento serve como registro e instrumento de reivindicação da sociedade civil por políticas públicas mais inclusivas às pessoas migrantes na cidade de São Paulo.

O PMM participou de uma pesquisa da Organização Internacional para as Migrações (OIM) que buscava mapear as organizações que prestavam atendimentos jurídicos a pessoas migrantes. Um desdobramento dessa pesquisa foi a realização de um seminário no qual discutiu-se os resultados do mapeamento e a proposta de um Manual organizado pela própria OIM que reúne as diferentes contribuições das organizações a partir das respectivas *expertises*, atendimentos a diferentes públicos como crianças, mulheres e pessoas LGBTQ+.

Durante o ano de 2020, a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria do Estado de São Paulo (DPE), se mantiveram como parceiros estratégicos para o projeto, especialmente no que se refere ao acompanhamento, encaminhamento de casos e incidência estratégica.

O mesmo ocorre com Consulados e Embaixadas, com destaque ao acompanhamento de casos individuais, como a parceria junto ao Consulado da Austrália para acompanhamento de uma nacional em liberdade provisória, da França para discussão de casos de mulheres com problemas de saúde também em liberdade provisória.

Além do diálogo com atores do poder público e da sociedade civil que atuam diretamente com as temáticas de gênero, migração e encarceramento, a equipe também manteve diálogo com universidades e mídias a fim de dar visibilidade às pautas relativas a mulheres migrantes em conflito com a lei. Ao longo de 2020, a equipe realizou entrevistas com estudantes, participou de aulas virtuais a respeito dos direitos humanos, de cine-debate, de podcast (Observatório do Terceiro Setor na Rádio Brasil) e de entrevista para uma mídia independente venezuelana (*El Pitazo*).

BANCO DE DADOS

Inaugurado em 2018 com apoio de entidade internacional, o Banco de Dados armazena informações coletadas por meio de questionários pelo Projeto Estrangeiras ao longo dos anos (2004 - 2019), além dos registros de atendimentos realizados no período de 2014 a 2019.

O sistema digital de registros é um avanço importante para a dinâmica de trabalho do ITTC, envolvendo o atendimento a mulheres migrantes em conflito com a lei, bem como para a produção de conhecimento sobre esse público. A partir dos dados disponíveis, é possível identificar qual o perfil das mulheres atendidas ao longo dos anos, construir indicadores a partir das principais demandas das mulheres, identificar as similaridades e especificidades de mulheres migrantes em conflito com a lei em relação às brasileiras, além de verificar eventuais alterações nas características e demandas do público atendido pela instituição com o passar dos anos.

Em 2020 as atividades da equipe, composta por uma técnica e uma estagiária, se concentraram principalmente na inserção dos registros de atendimento no banco, produção de boletins temáticos e textos diversos para o site do ITTC, além do apoio às atividades desenvolvidas pelo Projeto Mulheres Migrantes (PMM).

Registro de atendimentos

Foram inseridos mais de 4.700 registros de atendimentos retroativos no banco de dados, que consistem nos registros dos encontros da equipe com as mulheres realizados no período de 2014 a 2019. Esses atendimentos envolveram a identificação das principais demandas de mulheres migrantes privadas de liberdade, esclarecimento de dúvidas em relação ao processo e mediação no contato com familiares. Após a inserção dos registros, também foi feito o trabalho de consistência das informações.

Devido ao grande número de registros, houve a troca do servidor da plataforma do banco de dados a fim de aperfeiçoar o processamento de dados, garantir segurança e certificação do banco.

Produção de conteúdo

A partir dos dados disponíveis no banco foram produzidos e publicados seis boletins temáticos, além de outros textos disponibilizados no site do ITTC abordando os temas de encarceramento, gênero, migração e tráfico de pessoas. Em seguida, diversos produtos serão apresentados como os Boletins, textos e pesquisas realizadas durante o período deste Relatório.

Boletins:

- **Tráfico de pessoas: por que as mulheres migrantes atendidas pelo ITTC estão sujeitas a isso?**
- **Maternidade no cárcere: olhando para mulheres migrantes em conflito com a lei**
- **Migrantes em conflito com a lei: olhando a questão étnico-racial entre as mulheres latino-americanas e caribenhas**
- **Migrantes em conflito com a lei: indicadores socioeconômicos entre mulheres não brancas/amarelas na América Latina e Caribe**
- **Saúde nas prisões: olhando para as mulheres migrantes em conflito com a lei**
- **A identidade racial entre mulheres migrantes em conflito com a lei segundo critérios do IBGE**

Por conta da complexidade dos temas abordados, foram elaborados 4 textos complementares ao conteúdo dos boletins sobre maternidade, saúde, racismo e migração:

- **Mulheres migrantes em conflito com a lei e o marco legal da primeira infância**
- **Saúde no Cárcere: Pensando nos impactos do encarceramento para além do contexto de pandemia**
- **Migração e Racismo no Brasil**
- **ITTC Explica: Você sabe o que é tráfico de pessoas?**

Infopen Mulheres 2017

Foram elaborados 4 textos analisando os dados sobre o Infopen Mulheres mais recente, lançado ao final de 2019, mas com dados referentes a 2017.

- **O que mudou em um ano?**
- **Olhando para o encarceramento feminino no Estado de São Paulo**
- **Encarceramento feminino em SP e marcadores sociais da diferença**
- **Direito à saúde, educação e trabalho**

Análises comparativas

Em 2020 a equipe elaborou um texto comparando dados sobre o encarceramento feminino no Brasil e nos Estados Unidos, a partir dos relatórios **Infopen Mulheres 2017,** ***Women's Mass Incarceration:The Whole Pie 2019*** e ***Women, Prison and the Drug War***.

- **Encarceramento no Brasil e nos Estados Unidos: O que dois dos países que mais encarceram no mundo têm em comum?**
- ***Female Incarceration in Brazil and the United States: What do two of the countries that most incarcerate women in the world have in common?***

Pesquisas

Em parceria com o Projeto *Mulheres Migrantes*, foram desenvolvidos dois produtos com o intuito de aprofundar os conhecimentos acerca da situação de mulheres migrantes em conflito com a lei, elaborando pesquisas complementares às informações disponíveis no banco de dados.

- Infográfico: Em 2020 as equipes desenvolveram a fase de pesquisa para a produção de um infográfico com informações a respeito do perfil das mulheres migrantes atendidas pela instituição nos últimos 10 anos, segundo as principais nacionalidades, bem como uma síntese da política de drogas vigente em seus países de origem e indicadores a respeito do encarceramento nessas regiões.

- Pesquisa sobre tráfico privilegiado: Análise de sentenças de mulheres migrantes acusadas por tráfico de drogas, tendo como objetivo identificar quais os principais argumentos mobilizados pelos juízes para aplicar ou não o redutor para casos de tráfico privilegiado, previsto no §4º do art.33 da Lei de Drogas (Lei nº 11.343). Este dispositivo prevê a redução de pena de 1/6 a 2/3 para casos nos quais a pessoa acusada possui bons antecedentes, é primária e não integra organização criminosa ou se dedica a atividades criminosas. A partir desse levantamento, as equipes do banco de dados e mulheres migrantes iniciaram a escrita de um artigo a respeito do tema.

Acompanhamento de redes

A equipe do banco de dados, em parceria com integrantes do projeto *Mulheres Migrantes*, continuou a acompanhar o GT Educação nas Prisões, composto pelo ITTC, Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Núcleo de Situação Carcerária), Pastoral Carcerária, Conectas, Programa Remição em Rede, UNIFESP e Coletivo Libertas. Em 2020 as atividades do grupo estiveram concentradas nas práticas de remição por leitura existentes e o diálogo com coletivos/organizações que realizam estas atividades.

Diálogo com mídias, estudantes e pesquisadores

A equipe também participou de entrevistas com estudantes, pesquisadoras/es e profissionais da mídia, promovendo a troca de conhecimentos a respeito das especificidades de mulheres migrantes em conflito com a lei, com destaque para a temática do tráfico de pessoas.

Outras atividades

Além do desenvolvimento de duas pesquisas junto ao PMM, a equipe do banco de dados também deu suporte para outras atividades do projeto, tais como:

- Elaboração da primeira versão do questionário voltado para as mulheres migrantes em regime aberto ou egressas atendidas pelo ITTC;
- Criação e sistematização de novos marcadores nos registros de atendimento para mapear novas demandas durante a pandemia;
- Levantamento de mulheres atendidas nas unidades prisionais nos últimos anos e que pertencem ao grupo de risco para COVID-19, seja por conta da idade ou pela presença de comorbidades.

NOSSA GESTÃO

A gestão do ITTC está em processo de mudança desde a última assembleia em 2019, porém sua implementação foi retardada em razão da crise imposta pela pandemia, que assolou o mundo e de forma profunda o Brasil.

No intuito de preservar recursos para a manutenção dos projetos, das equipes e não sofrer descontinuidade no atendimento à população atendida pelo Instituto, a administração diminuiu o ritmo das mudanças administrativo-gerenciais e implementou investimentos direcionados à preservação do ITTC. Os esforços se concentraram no aperfeiçoamento e proteção das equipes de trabalho, na formação, no apoio terapêutico, nas ações de *advocacy* e de fortalecimento das redes sociais parceiras, assim como na ampliação do apoio e defesa às mulheres migrantes em conflito com a lei e em grande vulnerabilidade social.

A equipe de gestão do ITTC se manteve enxuta, composta por: um assistente de administração, uma auxiliar de serviços gerais e uma diretoria voluntária, que tem organizado e aplicado os recursos financeiros de forma econômica, transparente e idônea.

A equipe do ITTC é diversificada e distribuída pelos projetos, com a grande maioria de profissionais mulheres. São profissionais contratadas na área das ciências humanas, do direito, da comunicação, da sociologia e das relações internacionais. A equipe também é composta por estudantes, pois o ITTC acredita na presença de jovens profissionais em formação, como estratégia e missão de oportunizar aprendizagens e vivências no campo dos direitos humanos.

O objetivo da gestão, em 2020, foi garantir uma gestão democrática e ampliada, com uma perspectiva de sustentabilidade e de renovação da organização de forma cautelosa, vislumbrando as diretrizes do ITTC e estabelecendo prioridades de acordo com os desafios que foram sendo colocados pela crise econômica e sanitária. A gestão se vale do apoio de empresas parceiras contratadas que proporcionam suporte nas áreas-meio como contabilidade, auditoria, informática e recursos humanos, assegurando as condições legais, financeiras, sociais e de promoção das finalidades da instituição.

PARCERIAS E REDES DE TRABALHO

Agenda Nacional pelo Desencarceramento
Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (ASBRAD)
Associação pela Reforma Prisional (ARP)
Centro de Acolhida Especial para Mulheres Imigrantes (Caemi - Palotinas)
Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (Cdhic)
Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CEDHEP)
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)
Centro de Referência de Refugiados da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo
Coletivo Libertas
Conectas Direitos Humanos
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE)
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
Conselho Nacional dos Direitos Humanos do Ministério de Direitos Humanos
Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
Consulado da Tailândia
Defensoria Pública da União
Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP)
Elas Existem
Equis Justicia para las Mujeres AC - México
Fundo Brasil de Direitos Humanos
Fundo de Direitos Humanos dos Países Baixos
Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop)
GT Educação nas Prisões
Ideas Assessoria Popular
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)
Instituto das Irmãs de Santa Cruz
Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH)
Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)
Instituto Pro Bono
Instituto de Estudos da Religião (Iser)
Instituto Sou da Paz
International Drug Policy Consortium (IDPC)
Justiça Global
Missão Paz
Oak Foundation
Open Society Foundations
Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado
Pastoral Carcerária
Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)
Prison Insider
Programa Remição em Rede
Red Latinoamericana de Mujeres Libertarias Rompiendo Rejas
Rede de apoio ao egresso do sistema penitenciário (RAESP)
Rede Justiça Criminal (RJC)
Rede Rua
Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras)
Sigrid Rausing Trust
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Washington Office on Latin America (WOLA)

ITTC

Instituto Terra, Trabalho e Cidadania